

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 02 a 09 de maio de 2023
PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS Nº. PROCESSO:
0804353-94.2023.8.10.0000 Paciente: Uthan Avelino de Jesus Carvalho
Advogados: Daniel de Faria Jerônimo Leite (OAB/MA 5991); Tharick Santos
Ferreira (OAB/MA 13526) Impetrado: Juízo de Direito da Central de
Inquéritos e Custódia da Comarca de São Luís/MA Relator: Des. José Joaquim
Figueiredo dos Anjos Procuradora: Drª. Selene Coelho de Lacerda ACÓRDÃO
Nº. _____ EMENTA PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS.
LATROCÍNIO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SUBSTITUIÇÃO POR
MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. 1. Aqui existem elementos para a
concessão parcial da ordem, pois, segundo se constata, o paciente tem
residência e trabalho fixo, conforme se vê em documentação acostada,
fatores que demonstram a boa-fé e interesse em responder à eventual Ação
Penal. De outro lado, o próprio decreto de prisão temporária se limita a
apontar o fato sindicado, porém, não destaca a constrição corporal como
imprescindível para as investigações, mormente quando temos acriminado que
sempre compareceu quando chamado para prestar esclarecimentos. 2. A
despeito de concordar que a medida extrema da constrição corporal não
possa incidir, as condições fixadas (também limitadoras da liberdade),
devem ser mantidas porque comprovada a necessidade para aplicação da lei
penal, investigação e instrução processual, tendo em conta o grau de
gravidade da conduta e condições pessoais do paciente. 3. A constrição
corporal é medida extrema contra quem vinha contribuindo com as
investigações, devendo incidir medidas cautelares diversas da prisão
(CPP; artigos 282, I e II, 319, incisos I, II, III, IV, V e IX), já
fixadas quando do deferimento do pedido de liminar. 4. HABEAS CORPUS
conhecido com Ordem parcialmente concedida, apenas e tão somente para
confirmar a liminar anteriormente deferida, para que a custódia seja
substituída pelas medidas cautelares diversas da prisão (CPP; artigos
282, I e II, 319, I, II, III, IV, V e IX). ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os
Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer da
douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer do presente HABEAS CORPUS e,
no mérito, conceder em definitivo a Ordem impetrada, confirmando a liminar
anteriormente deferida, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Votaram neste julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim
Figueiredo dos Anjos, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Tyrone José Silva.
Presidência do Excelentíssimo Desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo.
Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Drª. Maria de Fátima
Rodrigues Travassos Cordeiro. São Luís, 02 de maio de 2023 Des. José
JOAQUIM FIGUEIREDO Dos Anjos Relator (HCCrim 0804353-94.2023.8.10.0000,
Rel. Desembargador (a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS, 1ª CÂMARA
CRIMINAL, DJe 12/05/2023)